UMA REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA: O LUGAR DA BNCC E OS ITINERÁRIOS FORMATIVOS NO ENSINO MÉDIO

A REFLECTION ON CONTEMPORARY EDUCATION: THE PLACE OF THE BNCC AND THE FORMATIVE ITINERARIES IN HIGH SCHOOL

UNA REFLEXIÓN SOBRE LA EDUCACIÓN CONTEMPORÁNEA: EL LUGAR DE LA BNCC Y LOS ITINERARIOS FORMATIVOS EN LA EDUCACIÓN SECUNDARIA

Viviane da Silva Vasconcelos[1]
Odaléa Feitosa Vidal[2]

RESUMO
Esse artigo teve como objetivo realizar uma reflexão sobre a educação contemporânea, sob o prisma da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os itinerários formativos no Ensino Médio. A educação brasileira, desde sempre, esteve voltada ao favorecimento da elite e desse sistema capitalista. Por isso, esses agentes de alto poder aquisitivo são tão fortes, ao ponto de terem poder na implementação dos currículos de países em desenvolvimento. Essa pesquisa se justifica pelo fato de que as disciplinas de Geografia, História, Filosofia e Sociologia são extremamente importantes para o desenvolvimento do pensamento crítico. Elas também desenvolvem habilidades e competências únicas nos estudantes, a fim de que eles analisem as diversas interações dos seres humanos no espaço. Teve como locus da pesquisa uma Escola da Rede Pública Estadual de Bom Jardim/PE, a metodologia utilizada foi à qualitativa do tipo descritiva. Para a análise de dados optamos pela escuta sensível proposta por Barbier (2007), pois é preciso escutar os integrantes participantes da pesquisa com empatia e respeito. O grupo foi formado por 1 (um) integrante da gestão escolar e 2 (dois) professores(as) de Ciências Humanas. Como resultados, observamos que o Novo Ensino Médio não conseguiu atingir seus objetivos na escola em estudo, e de acordo com os participantes, os estudantes não estão preparados para escolher uma Trilha do Conhecimento no ato da matrícula para cursar o 1° ano do Ensino Médio, e que as disciplinas de aprofundamento não chamam a atenção, e não colaboram no que diz respeito aos aprofundamentos em determinada área do conhecimento. Dessa forma, é importante que, antes da implementação desses currículos, os docentes possam ter ajudado em sua construção, pois são eles que estão no "chão" da escola e entendem os principais desafios a serem enfrentados pelos estudantes durante o ensino médio.
PALAVRAS-CHAVE: Ensino Médio; BNCC; itinerários formativos; Ciências Humanas.

ABSTRACT
This article aimed to reflect on contemporary education through the lens of the Common National Curriculum Base (BNCC) and the formative itineraries in high school. Brazilian education has historically been geared toward favoring the elite and supporting the capitalist system. As a result, these high-income agents exert significant influence, even impacting the implementation of curricula in developing countries. This research is justified by the fact that the disciplines of Geography, History, Philosophy, and Sociology are crucial for developing critical thinking. These subjects also foster unique skills and competencies in students, enabling them to analyze the various interactions between humans and their environments. The research was conducted at a State Public School in Bom Jardim, Pernambuco. The methodology employed was qualitative and descriptive. For data analysis, we adopted Barbier's (2007) concept of sensitive listening, which emphasizes listening to research participants with empathy and respect. The study group consisted of one school administrator and two Humanities teachers. The results showed that the New High School curriculum did not achieve its objectives at the school under study. According to the participants, students are not adequately prepared to choose a Knowledge Pathway at the time of enrollment in the first year of high school. Moreover, the advanced-level subjects fail to capture students' interest and do not contribute significantly to in-depth knowledge in specific areas. Thus, it is essential that teachers be involved in the development of these curricula before their implementation. As they work directly in the school

[1] Universidade de Pernambuco – UPE, Brasil, ORCID: https://orcid.org/0009-0002-7945-3848.
[2] Universidade de Pernambuco – UPE, Brasil, ORCID: https://orcid.org/0000-0002-6759-0784.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 335-359, jan./abr. 2025.
Recebido em: 11/08/2024 | Aceito em: 08/01/2025

environment, they understand the main challenges students face during high school and can provide valuable insights to ensure the curriculum is more effective.
KEYWORDS: High School; BNCC; training itineraries; Human Sciences.

RESUMEN
Este artículo tuvo como objetivo reflexionar sobre la educación contemporánea desde la perspectiva de la Base Nacional Común Curricular (BNCC) y los itinerarios formativos en la educación secundaria. La educación brasileña, históricamente, ha estado orientada a favorecer a la élite y al sistema capitalista. Por esta razón, estos agentes de alto poder adquisitivo tienen tanta influencia, al punto de impactar en la implementación de los currículos en países en desarrollo. Esta investigación se justifica por el hecho de que las disciplinas de Geografía, Historia, Filosofía y Sociología son extremadamente importantes para el desarrollo del pensamiento crítico. Estas materias también desarrollan habilidades y competencias únicas en los estudiantes, permitiéndoles analizar las diversas interacciones humanas en el espacio. El locus de la investigación fue una escuela de la red pública estatal en Bom Jardim, Pernambuco. La metodología utilizada fue cualitativa de tipo descriptivo. Para el análisis de datos, optamos por la escucha sensible propuesta por Barbier (2007), ya que es necesario escuchar a los participantes de la investigación con empatía y respeto. El grupo estuvo formado por un (1) integrante de la gestión escolar y dos (2) profesores(as) de Ciencias Humanas. Como resultados, observamos que el Nuevo Modelo de Educación Secundaria no logró alcanzar sus objetivos en la escuela estudiada. Según los participantes, los estudiantes no están preparados para elegir un Itinerario de Conocimiento al momento de inscribirse en el primer año de la educación secundaria. Además, las materias de profundización no logran captar la atención de los estudiantes ni contribuyen significativamente al desarrollo de conocimientos en áreas específicas. Por lo tanto, es fundamental que, antes de implementar estos currículos, los docentes participen en su construcción, ya que son ellos quienes están en el "terreno" de la escuela y comprenden los principales desafíos que enfrentan los estudiantes durante la educación secundaria.
PALABRAS CLAVE: Escuela Secundaria; BNCC; itinerarios de formación; Ciencias Humanas.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

De acordo com a Constituição Federal de 1988, a educação é um direito de todos, dever do Estado e da família. Ela visa o pleno desenvolvimento da pessoa, o seu preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho. Assim, o ensino deve ser ministrado, levando em conta a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a liberdade de aprender, o pluralismo de ideias, a gratuidade do ensino público, a valorização dos profissionais do ensino, a gestão democrática e o padrão de qualidade (Brasil, 1988).

Contudo, na prática, muitas vezes nossa Constituição não é respeitada, pois observamos a grande quantidade de estudantes que desiste de estudar antes mesmo de finalizar a Educação Básica, além da falta de valorização profissional, em se tratando da implementação do piso salarial e valorização de cargo e carreira. Também vale ressaltar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os Itinerários Formativos do Ensino Médio, que foram aprovados em 2018, em meio a intensos protestos e manifestações de professores.

E, com isso, tivemos, em 2022, a implementação do Novo Ensino Médio em todas as escolas do país. Sua implementação causou e vem causando impactos dentro do ambiente escolar por parte da equipe escolar, professores e estudantes, pois tiveram que entender uma nova prática, que priorizava áreas do conhecimento.

Assim sendo, o objetivo dessa pesquisa foi refletir sobre a educação contemporânea sob o prisma da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e os itinerários formativos no Ensino Médio. Vale destacar que essa pesquisa se justifica pelo fato de que as disciplinas que compõem a área das Ciências Humanas contribuem para a formação do pensamento crítico dos estudantes. Através de disciplinas como Geografia, História, Filosofia e Sociologia, os estudantes podem conhecer, debater e lutar por seus direitos, deveres, bem como sobre a desigualdade social, violência, exploração trabalhista, meio ambiente e tantos outros temas bastante pertinentes em nossa sociedade. Por isso, não devem ser consideradas como menos importantes que Língua Portuguesa e Matemática.

A pesquisa foi realizada em uma escola da rede pública estadual de Bom Jardim-PE. Na escola em estudo, o Novo Ensino Médio é composto por duas Trilhas do Conhecimento: Possibilidades em Rede e Humanização dos Espaços (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Matemática e suas Tecnologias) e Modos de Vida, Cuidado e Inventividade (Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Linguagens e suas Tecnologias).

A metodologia utilizada foi a pesquisa qualitativa do tipo exploratória, a qual permite ao pesquisador explorar questões complexas as quais pode levar a compreensão do objeto em estudo. Durante os encontros, fizemos uso do celular para gravar as conversas com os integrantes do grupo. A análise de dados se deu com base na escuta sensível proposta por Barbier (2007), pois é preciso escutar os integrantes participantes da pesquisa, com empatia e respeito. O grupo foi formado por um integrante da gestão escolar e dois professores(as) de Ciências Humanas.

Como resultados, observamos que o Novo Ensino Médio não conseguiu atingir seus objetivos na escola em estudo, que, para os integrantes do grupo (equipe gestora e professores de Ciências Humanas), os estudantes não se sentem preparados para escolher uma Trilha do Conhecimento logo no ato da matrícula ao 1° ano do Ensino Médio, e que as disciplinas de aprofundamento não chamam a atenção dos estudantes e não colaboram no que diz respeito aos aprofundamentos em determinada área do conhecimento.

Reyes (2019) ressalta que o Novo Ensino Médio não surgiu apenas com a perspectiva da preocupação do Ministério de Educação em melhorar os indicadores educativos e tornar o Ensino Médio um nível preparatório para ingressar no mercado de trabalho. Estiveram envolvidos no processo de construção do currículo distintos sujeitos coletivos e individuais, representantes de institutos e fundações responsáveis pelo investimento social de grandes empresas nacionais e internacionais. Por isso, é importante que, antes de ocorrer à

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 335-359, jan./abr. 2025.
Recebido em: 11/08/2024 | Aceito em: 08/01/2025

implementação de algum currículo, ocorra uma formação com a equipe escolar, professores; que seja um currículo no qual os integrantes da equipe escolar ajudem na sua construção, e não que tenha influência de países desenvolvidos ou empresas capitalistas influenciadoras, que nada se importam com a formação do pensamento crítico de nossos estudantes. Reyes (2019) diz que a Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio foi aprovada em dezembro de 2018, mesmo diante de muitos protestos e manifestações contrárias de professores.

Os desafios da educação contemporânea brasileira

Desde o período colonial em nosso país, sempre foi repleta de muitos desafios. Desafios esses que sempre foram colocados na frente do sistema educacional brasileiro, como os interesses capitalistas. De acordo com Gadotti (1997), apesar de termos uma legislação avançada no âmbito da educação, e apesar do pensamento pedagógico brasileiro ser, em geral, progressista, o Brasil é um dos países do mundo com menor desempenho no setor, e o analfabetismo é um exemplo disso.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2015), indicadores de alfabetismo vêm diminuindo no Brasil. Contudo, o problema não foi erradicado, mesmo com as inúmeras políticas públicas voltadas a esse setor, ano pós ano. Na dissertação de Boeing (2016), ela ressalta que o Indicador de Analfabetismo Funcional (INAF) aponta que ainda é grande o número de pessoas que não conseguem utilizar o conhecimento da língua para se inserir nas práticas sociais de uso da leitura e da escrita. Levando em consideração essa questão, percebemos o quanto a leitura do mundo é importante, o quanto é importante ser trabalhada a teoria e a prática com os estudantes.

Gadotti (2003) destaca também que umas das tarefas essenciais da filosofia da educação, preocupada com o ser humano, consiste em decifrar o mundo em que vivemos, ou seja, em lutar contra o analfabetismo, que na prática se confunde com o não saber ler e escrever, pois é como se a educação dominante ensinasse a ler, mas que pouco se contribuisse para a leitura e a compreensão da realidade, da história, e da vida. Ou seja, é preciso que os estudantes, muito além de decodificar palavras, saibam ler o mundo, no que diz respeito aos problemas encontrados no espaço. Gadotti (2003) ainda ressalta que, para educar (concientizar), é preciso ir contra a educação dominante, a educação do colonizador.

Para Arroyo (2014), o conceito de fracasso escolar é recente na história dos debates sobre a escola e o ensino e que, por muito tempo, a maior parte da população só cursava poucos

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 335-359, jan./abr. 2025.
Recebido em: 11/08/2024 | Aceito em: 08/01/2025

anos na escola para aprender a ler, escrever e calcular, ou nem sequer tinha acesso à educação. Dessa forma, os que frequentavam a escola e não conseguiam se apropriar dos saberes e competências propostas por ela, ou seja, os que fracassavam não chamavam atenção, ficavam misturados àqueles que nunca tinham sido escolarizados. Já os estudantes que seguiam estudando além da escola primária, em sua maioria, não encontravam grandes dificuldades e, quando fracassavam, isso não acarretava consequências graves, pois suas famílias lhes possibilitavam uma inserção profissional.

A mesma situação continua acontecendo com os estudantes que desistem de estudar por terem que trabalhar, ou, por outros motivos, são os mais pobres e os mais prejudicados. Nessa perspectiva, Brazão (2018) discorre que a educação está passando por uma fase de demolição, de destruição, e que, para se fazer hoje a educação, para se conscientizar, um dos grandes obstáculos a essa conscientização é a educação: a educação dominante, que é a educação do colonizador; que esse modelo de "educação", cujas consequências marcam até os dias atuais, foi trago por especialistas norte-americanos, desde 1966, quando foi firmado o acordo entre o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). Um modelo de educação que visava atender aos interesses capitalistas. Um sistema escolar que visava treinar os estudantes, para torná-lo um dócio servidor do sistema econômico.

E, até hoje, a escola pública brasileira visa formar estudantes que possam servir ao mercado, a esse sistema capitalista. Saviani (1988), por sua vez, ressalta que a escola cumpre duas funções básicas: contribui para a força de trabalho e para a inculcação da ideologia burguesa. E a formação da força de trabalho se daria no próprio processo de inculcação ideológica. E, agora, o Novo Ensino Médio só confirma tal afirmação.

Segundo Brazão (2018), a rejeição à BNCC do Ensino Médio foi grande, e as críticas variadas, a saber: o caráter homogeneizador do documento; que o documento visa atender aos interesses do mercado capitalista e de investidores empresariais, assim como críticas aos conteúdos propostos no documento. Sabemos que, em nosso país, a quantidade de estudantes que não sabem realizar calculos básicos e interpretar textos é grande, mas não é priorizando tais áreas do conhecimento (Português e Matemática) que esses números irão mudar.

Cada componente disciplinar tem sua importância, e neles são trabalhados também os descritores de Língua Portuguesa e Matemática. Saviani (1988) ressalta que um professor de história, matemática, ciências, estudos sociais, comunicação e expressão ou de literatura brasileira tem sua contribuição específica, em vista da democratização da sociedade brasileira, do atendimento aos interesses das camadas populares, da transformação estrutural da sociedade.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 335-359, jan./abr. 2025.
Recebido em: 11/08/2024 | Aceito em: 08/01/2025

Ou seja, os demais componentes curriculares são importantes para que tenhamos estudantes que possam compreender a sociedade.

Dessa forma, destacamos que os desafios da educação contemporânea brasileira têm origem colonial, e que, até hoje, a educação brasileira recebe influência de modelos de currículos de países desenvolvidos, de forma a atender aos interesses capitalistas.[3]

O ensino médio no Brasil: história e desafios atuais

A Educação Básica brasileira corresponde à Educação Infantil, Ensino Fundamental (anos iniciais e anos finais) e Ensino Médio, sendo essas etapas de responsabilidade do Estado, para que os estudantes tenham acesso à escola na idade certa e com ensino de qualidade. Mas será que o Ensino Médio no Brasil sempre foi público?

Considerando que o Ensino Secundário foi implantado no Brasil pelos Jesuítas no Período Colonial, durante os séculos XVI e XVIII. Ressaltamos que nesse período, a educação continha maior rigidez disciplinar e disciplinas voltadas à ética religiosa e o ensino era direcionado à elite.

Com a expulsão dos jesuítas do Brasil pelo rei de Portugal, em 1759, o Ensino Secundário é substituído pelas Aulas régias sob a responsabilidade da corte e ministrada por professores indicados que atendiam aos interesses políticos do Estado e reproduziam métodos antigos usados pelos jesuítas. Essa forma de ensino era seletiva e elitizada.

Com a Revolução de 1930, comandada por Getúlio Vargas, tivemos melhorias no sistema educacional do país, com a criação do Ministério de Educação liderada pelo ministro Francisco Fontes. No ano de 1931, foi instituído o Decreto n° 19.890, complementado pelo Decreto Lei n° 4.244 de abril de 1942. Através desse decreto, foi criada a Lei Orgânica do Ensino Secundário, que vigorou até 1971. Através dos decretos, teríamos a divisão entre ensino primário e ensino secundário. O ensino primário teria duração de 4 anos e o ensino secundário teria duração de 7 anos, dividido em ginásio, com 4 anos de duração, e colegial, com 3 anos (Brasil, 1971).

Com a alteração da Lei n° 5.692 de 1971, o ginásio e o primário deram origem ao primeiro grau, com oito anos de duração, e o segundo grau, com 3 anos de duração. Acrescente-

[3] Tivemos que utilizar nessa pesquisa autores como Gadotti (1997) e (2003) e Saviani (1988), pois mesmo que as referências sejam antigas, suas discussões são bem atuais e reflete a atual conjuntura política educacional.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 335-359, jan./abr. 2025.
Recebido em: 11/08/2024 | Aceito em: 08/01/2025

se que as escolas que oferecessem essa modalidade de ensino deveriam garantir uma qualificação profissional de nível técnico (Brasil, 1971).

A partir de 1980, através da instituição da Constituição Federal de 1988, o Ensino Médio passa a ser dever do Estado e de forma gratuita a toda a população. E, com a Lei n° 9.394 de 1996, foi mudada a nomenclatura de 2° grau para Ensino Médio, a qual foi inserida na Educação Básica.

Porém, com a criação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) no ano de 2018, surge uma nova mudança no Ensino Médio. Ainda de acordo com a Lei n° 9.394 de 1996, no Art. 35, a Base Nacional Comum Curricular definirá direitos e objetivos de aprendizagem do Ensino Médio, conforme diretrizes do Conselho Nacional de Educação nas seguintes áreas do conhecimento: (Incluído pela Lei n° 13.414, de 2017): I - Linguagens e suas tecnologias; II - Matemática e suas tecnologias; III - Ciências da natureza e suas tecnologias; IV - Ciências humanas e sociais aplicadas.

Assim, através da criação dessas áreas do conhecimento no Ensino Médio, observa-se, através do § 3º, a priorização de disciplinas como Língua Portuguesa e Matemática nos três anos do Ensino Médio, no qual o foco seriam as avaliações externas no 3° ano do Ensino Médio, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e o Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco (SAEPE). Inclusive, o estado de Pernambuco dispõe uma política voltada para recompensas em função dos resultados da escola.

Entretanto, convém destacar que essa política por resultados é uma forma de motivar a escola para buscar as melhores estratégias, a fim de atingir bons resultados. Logo, o que nos garante que esses resultados sejam verdadeiros? Rodrigues (2022) ressalta que essa política é baseada no gerencialismo, a medida em que afirmam posicionamentos competitivos, provocam uma exposição pública da escola em nome de seus resultados, podendo denegrir ou enaltecer sua imagem ao premiar por meio de bônus, ou mesmo penalizar quando os resultados não são satisfatórios. O autor ainda ressalta que não há clareza em torno da concepção de qualidade da educação defendida e referenciada por essa política.

É preciso pensar/buscar uma educação pública que tenha como objetivo tornar os estudantes críticos, para que eles possam entender a conjuntura política/social no qual se encontra, para que eles possam reivindicar os seus direitos, sejam através de greves, protestos e carta aberta. Porém, isso só será possível a partir do momento em que a prioridade do sistema educacional sejam os estudantes, que ocorra a valorização profissional, e que o currículo seja fruto da ação conjunta desses que estão à frente do sistema educacional brasileiro, e não dos

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 335-359, jan./abr. 2025.
Recebido em: 11/08/2024 | Aceito em: 08/01/2025

agentes capitalistas como empresários, instituições, bancos e países desenvolvidos.

Fatores da produção de texto e o contexto de influência da base nacional comum curricular

Para compreendermos os fatores produção do texto e contexto de influência da BNCC, utilizamos o ciclo de política de Ball. Para Bowe, Ball e Gold (1992), o contexto de produção do texto é o espaço em que as políticas públicas são traduzidas para discursos, e passam a estar mais bem articuladas com a linguagem do interesse público em geral. Já o contexto de influência, ainda de acordo com Bowe, Ball e Gold (1992), é aquele no qual são iniciadas as políticas e os discursos políticos construídos.

A BNCC é um dos documentos mais discutidos atualmente no campo educacional, conceituada como um documento de caráter normativo, definida como um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os estudantes devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica. É organizada em três etapas que compõem a Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Esse documento passou a ser discutido em 2015 e passou por três versões, sem que houvesse uma continuidade, e escondendo as rupturas ocorridas em sua produção após o impeachment de 2016. Assim, de acordo com ele, todos os estudantes do Brasil devem desenvolver as mesmas habilidades e competências ao longo de sua vida escolar. Através da reforma proposta pela Lei nº 13.415/2017, incorporada à LDB nº 9.394/1996, visa à reestruturação do currículo do Ensino Médio a partir de duas etapas: uma composta pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e a outra enfatizando os itinerários formativos específicos, a saber: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e suas tecnologias e Formação técnica e Profissional, a ser implementada, progressivamente, em tempo integral (Brasil, 2017a).

Quanto ao contexto de produção do texto, é preciso conhecer como se deu a produção das três versões desse documento. A primeira versão contou com contribuições da sociedade civil, de organizações e entidades científicas.

No período da primeira versão do documento, ele foi disponibilizado para consulta pública, entre outubro de 2015 e março de 2016. A BNCC recebeu mais de 12 milhões de contribuições (individuais, de organizações e de redes de educação de todo o país), além de

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 335-359, jan./abr. 2025.
Recebido em: 11/08/2024 | Aceito em: 08/01/2025

pareceres de especialistas, associações científicas e membros da comunidade acadêmica (Brasil, 2017b).

As contribuições foram sistematizadas por pesquisadores da Universidade de Brasília (UNB) e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ), e subsidiaram a elaboração da segunda versão, que foi publicada em maio de 2016, passando por um processo de debate institucional em seminários realizados pelas 107 (cento e sete) Secretarias Estaduais de Educação em todas as Unidades da Federação, sob a coordenação do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), em 2016.

De acordo com Gontijo (2018), o MEC encaminhou ao Conselho Nacional de Educação – CNE a segunda versão da Base Nacional Comum Curricular, amplamente divulgada e discutida pela internet. Muitas sugestões foram apresentadas e muitas delas consolidadas pela Universidade de Brasília, com auxílio das comissões criadas pelo Ministério da Educação e Cultura para a sua elaboração.

Segundo Camy (2020), a terceira e última versão do texto foi entregue ao Conselho Nacional de Educação – CNE, em abril de 2017, para os pareceres finais, e foi homologada pelo MEC em dezembro de 2017. Ainda segundo a autora, essa versão incorporou ideias dos agentes privados, parceiros da educação pública e questionadores da "eficiência do Estado na condução do sistema escolar e na sua capacidade de responder às demandas educativas" (Oliveira, 1995, p. 28).

A Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC (2017) analisou a BNCC e se mostrou preocupada com o modelo curricular com competências pré-determinadas, a desvalorização do pluralismo social e cultural do país e, sobretudo, a construção e padronização do processo pedagógico sem ouvir os sujeitos do processo de formação. A UFSC pontua, portanto, essa falta de compromisso com o projeto social de escola democrática, que não leva em consideração a pluralidade existente em nosso território.

A Conferência Nacional Popular de Educação - CONAPE (Pernambuco, 2022), em seu ponto 30, aponta para a revogação da Base Nacional Comum Curricular e da Reforma do Ensino Médio, assim como os currículos decorrentes dela. Em seu ponto 32, revoga as Diretrizes Nacionais para a Formação Inicial de professores e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada que estreitam a formação e a torna tecnicista, desvalorizando os/as profissionais da educação e promovendo o avanço privatista sobre a educação.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 335-359, jan./abr. 2025.
Recebido em: 11/08/2024 | Aceito em: 08/01/2025

Porém, o Governo defende muito bem essa reforma, porque, segundo Branco *et al.* (2018), slogans da campanha midiática foram criados para convencer jovens sobre a reforma, apresentando frases de efeito como: "aprendizado muito mais estimulante", "ensino compatível com a realidade dos jovens de hoje", "liberdade de escolha", e "agora é você quem decide o seu futuro".

O Fórum Nacional Popular de Educação - FNPE (2018) ressalta que a luta contra a BNCC é porque ela atinge os direitos das nossas juventudes e populações adultas à formação integral, recoloca o dualismo na educação e agrava a exclusão social, integrando a luta contra a Reforma do Ensino Médio, reduzindo o currículo e limitando o acesso dos jovens e adultos à ciência, à cultura e às tecnologias. Além disso, desvaloriza os professores/as e aumenta o avanço privatista sobre a Educação Básica.

Ball (2012) ressalta, ainda, que as fronteiras entre filantropias, negócios e setores público e privado se transformaram e as mudanças ocorreram por meio da disseminação de valores e práticas de empreendimento e empreendedorismo, para apoiar a educação, justificando a exclusão e a desigualdade como falta de preparação para a competitividade exigida pela crise. Segundo Camy (2020), o papel das aprendizagens passou a ser questionado pelo mercado e comparado com o ensino privado.

Para Freitas (2018), no Brasil, o suporte à BNCC foi realizado por um grupo de tecnocratas e especialistas bem-intencionados, organizados no movimento pela Base, financiado pela Fundação Lemann. E a fundação Lemann tem se aproximado do Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED) e da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME), criando uma espinha dorsal, alinhada com o MEC, cujo atual ministro foi do CONSED, e constitui uma máquina de indução para a aprovação e implementação da BNCC. Sendo assim, construíram uma proposta disforme e agora estão em busca do magistério para que ele a adote.

Macedo (2014) ressalta também outros agentes envolvidos no processo de elaboração da Base, instituições financeiras e empresas como: Itaú (Unibanco), Bradesco, Santander, Gerdau, Natura, Volkswagen, Fundação Victor Civita, Fundação Roberto Marinho, Fundação LEMANN, Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária – CENPEC, Todos pela Educação e Amigos da Escola. A autora considera que essa rede, que se formou de sujeitos políticos não públicos, não pode ser ignorada.

Segundo Branco *et al.* (2018), através da educação, é possível defender e incutir ideologias, de modo que a classe dominante, que a maioria das vezes se encontra no poder a

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 335-359, jan./abr. 2025.
Recebido em: 11/08/2024 | Aceito em: 08/01/2025

frente às massas, pode garantir, por meio de discursos hegemônicos, a perpetuação de sua posição e interesses. Surge, nesse contexto, o neoliberalismo como um meio capaz de induzir e regular as ações do Estado, tornando mais forte a iniciativa privada, o mercado, o livre comércio e o capitalismo. Por isso, situações como a desregulação, a privatização e a minimização da ação do Estado em muitas áreas de cunho social se tornam frequentes.

Branco *et al.* (2018) ainda ressalta que as reformas não têm como função principal a resolução de problemas do campo educacional, estando mais vinculadas às crises econômicas e ao setor produtivo, priorizando, muitas vezes, o ensino para obter um profissional flexível em detrimento da formação social do cidadão.

A Conferência Nacional Popular de Educação - CONAPE (Pernambuco, 2022), em seu ponto 33, ressalta que é contra todas as formas de desqualificação da educação e de financeirização, privatização, terceirização e transferência de responsabilidades do Estado na educação à iniciativa privada e contra todos os ataques aos direitos trabalhistas e previdenciários de seus profissionais.

Sendo assim, o objetivo da BNCC não é de melhorar a Educação Básica brasileira, é de formar cidadãos não-críticos, para que uma minoria entre na universidade e a maioria seja controlada pela classe dominante capitalista, sendo explorada e condicionada a sobreviver com o mínimo de dignidade, sem perspectivas de um futuro melhor.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia da pesquisa a ser utilizada nessa pesquisa qualitativa do tipo exploratória, pois é um método de investigação que tem como objetivo compreender e descrever fenômenos, situações, comportamentos em profundidade, de forma a explorar suas características, significados e relações.

A pesquisa qualitativa segundo Minayo, Deslandes e Gomes (2009), trabalha com uma realidade que possui um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes e que vai além de quantificar dados.

A escola em que realizamos esse estudo foi uma escola pública da rede estadual de Bom Jardim-PE. A escolha por essa escola se deu por ofertar uma trilha do conhecimento voltada para as Ciências Humanas. E, para a realização da pesquisa, formamos um grupo, que teve como membros um integrante da equipe gestora e dois professores de Ciências Humanas, de forma a buscar e colher informações acerca do tema em estudo. Contudo, é importante ressaltar

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 335-359, jan./abr. 2025.
Recebido em: 11/08/2024 | Aceito em: 08/01/2025

que, para participar da pesquisa de forma voluntária, os sujeitos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), cujo protocolo de aprovação no comitê de ética está sob registrado sob o nº 6.174.306.

A escolha por essa área do conhecimento, em relação às outras, se deu pelo fato da minha formação ser em Geografia pela Universidade de Pernambuco – UPE, por estar atuando na área e por querer me aprofundar acerca desse estudo.

Para o desenvolvimento e realização da pesquisa foram realizados 3 (três) encontros com os sujeitos participantes da pesquisa, organizados da seguinte forma:

- 1° Encontro: Foi analisado o interesse da equipe gestora, professores de Ciências Humanas pelo tema proposto em estudo, às experiências que tiveram quanto à escolha dos itinerários formativos na escola durante o ano de 2023 na escola, bem como se, para eles, integrantes do grupo, e se era ou não importante aprofundar-se acerca do tema em estudo. O diálogo com os integrantes foi gravado e ocorreu no dia 01/09/2023.
- 2° Encontro: Através das questões dialogadas no diagnóstico, foram realizadas com o grupo discussões acerca da BNCC, especificamente sobre os itinerários formativos. Com os seguintes questionamentos: Como ocorreu o processo de escolha da escola pelas Trilhas do Conhecimento? Como ocorreu o processo de escolha do estudante por uma Trilha do Conhecimento? Quais as dificuldades enfrentadas com a implementação do Novo Ensino Médio? Os estudantes conseguem aprofundar seus conhecimentos no Novo Ensino Médio? Qual a importância das disciplinas de Projeto de Vida, Empreendedorismo, Eletivas e Aprofundamentos Optativos e Obrigatórios na vida dos estudantes? Quais as consequências da priorização de áreas do conhecimento: Língua Portuguesa e Matemática? E por último Quais as expectativas para o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM 2024? O diálogo com os sujeitos participantes da pesquisa foi gravado e realizado no dia 06/09/2023.
- 3° Encontro: A partir das conclusões obtidas pelo grupo, analisou-se o quanto essas discussões contribuíram na vida profissional dos sujeitos participantes da pesquisa. O momento foi gravado, sempre com a permissão dos integrantes e ocorreu no dia 02/10/2023.

Após a coleta dos dados, optamos para a análise dos dados, a utilização da escuta sensível proposta por Barbier (2007) ao considerar que a escuta sensível deve se apoiar na

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 335-359, jan./abr. 2025.
Recebido em: 11/08/2024 | Aceito em: 08/01/2025

empatia, ou seja, precisamos nos colocar no lugar de fala do outro, para poder compreender suas angústias, desafios e perspectivas acerca dos itinerários formativos para o Ensino Médio. Por isso, ao realizarmos os encontros com o grupo, buscamos ouvir os integrantes com atenção, sem ignorar também suas angústias, aflições, desafios e demais sentimentos envolvidos, pois é preciso ter uma responsabilidade ética e afetiva.

Por questões éticas ligadas a pesquisa, mantivemos o nome dos participantes no anonimato, e os sujeitos foram identificados no decorrer dessa pesquisa por siglas (como mostra o Quadro 1) e foram divididos em dois grupos: 1º) Um membro da equipe gestora que compreenda os itinerários formativos e deseje participar da pesquisa. E 2º) Dois professores efetivos ou contratados que tenham formação na área das Ciências Humanas e estejam ministrando aulas com as turmas de 1° e 2° ano do Ensino Médio.

Os sujeitos da pesquisa, nominados de P1 e P2 são professores de Geografia. Contudo, por eles também ministrarem no Ensino Médio as disciplinas de História, Filosofia e Sociologia, nós os chamaremos de professores de Ciências Humanas. O motivo pelo qual levam esses professores do Ensino Médio a ministrarem aulas é que, com a diminuição de carga-horária nas aulas de humanas, acabam ministrando aulas que não estão dentro de sua formação.

Dessa forma, a anonimização da pesquisa foi mantida e os sujeitos puderam expressar suas respectivas opiniões, sem que ocorresse nenhuma exposição. A pesquisa só foi aplicada após a aprovação no Comitê de Ética, no dia 11 de julho de 2023.

O QUE PENSAM A EQUIPE GESTORA E PROFESSORES DE CIÊNCIAS HUMANAS, NESSA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA, SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO?

Antes de formarmos o grupo com um integrante da equipe gestora e dois professores de ciências humanas da escola, dialogamos sobre o tema da pesquisa com todos que fazem parte da equipe gestora e todos os professores de ciências humanas que lecionam nas turmas de 1° e 2° ano. Após toda a conversa, os integrantes que desejaram assinaram o Termo de Consentimento Livre e esclarecido (TCLE) para que pudessem participar voluntariamente da pesquisa.

Sabemos que o Novo Ensino Médio causou e vem causando grandes repercussões no que tange à Base e aos Itinerários Formativos, e como o objeto geral desse artigo foi refletir sobre a educação contemporânea sob o prisma da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 335-359, jan./abr. 2025.
Recebido em: 11/08/2024 | Aceito em: 08/01/2025

os itinerários formativos no Ensino Médio, assim, buscamos conversar acerca do Novo EM, com um integrante da equipe gestora (G1) e dois professores de Ciências Humanas (P1 e P2) da escola, para entender a visão deles em torno de todo esse processo.

Dessa forma, inserimos subtópicos para abordar as categorias de coleta e análise com os integrantes do grupo.

Processo de escolha da escola pelas Trilhas do Conhecimento

As escolas estaduais de Pernambuco ofertam as Trilhas do Conhecimento, que estão articuladas a um ou mais Itinerários Formativos (Linguagem e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação Técnica e Profissional).

De acordo com o Currículo de Pernambuco (2021), para cada um dos Itinerários Formativos indicados na DCNEM, a fim de ampliar as possibilidades de escolhas dos estudantes, é ofertada de uma a três Trilhas de aprofundamento específicas por área do conhecimento, além das trilhas que integram duas áreas do conhecimento. Na escola de aplicação da pesquisa, são ofertadas aos estudantes duas Trilhas do Conhecimento, sendo que cada uma delas é integrada a duas áreas do conhecimento.

Ao iniciarmos as reflexões com os integrantes, refletimos sobre a escolha das trilhas, sobre o porquê de integrarem as 4 áreas do conhecimento. E, no momento de reflexão, G1 (2023) ressaltou que:

> *O processo de escolha pelas trilhas se deu com base em uma formação com o pessoal da GRE, e na reunião foi dito que cada escola do município teria que ter uma trilha diferente para que os estudantes pudessem optar. E, além disso, foi feito uma pesquisa com os professores e juntos acharam melhor que as trilhas abrangessem todas as áreas.*

P1 e P2 apenas concordaram com a fala de G1. Contudo, surgiu a inquietação sobre se a escola conseguia ofertar de forma eficiente essas trilhas, abrangendo as quatro áreas do conhecimento. Dessa forma, G1, P1 e P2 disseram que estão ofertando, porém as disciplinas que integram as Trilhas, como os aprofundamentos, precisam ser melhoradas, pois não chamam a atenção dos estudantes e nada colaboram para o aprofundamento deles.

Reyes (2019) ressalta que a primeira impressão acerca dos dados sobre os itinerários formativos e a ampliação do tempo integral, as possibilidades e caminhos seriam ampliados, e

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 335-359, jan./abr. 2025.
Recebido em: 11/08/2024 | Aceito em: 08/01/2025

seria favorecida também a autonomia do estudante para escolher sua formação. Contudo, o que temos são estudantes se sentindo desmotivados e desinteressados em relação aos aprofundamentos.

Processo de escolha do estudante por uma Trilha do Conhecimento

Sabemos que os estudantes no 1° ano do EM não têm maturidade de escolher uma área do conhecimento para aprofundar seus conhecimentos. E, ao questionar os participantes, G1, P1 e P2 (2023) responderam respectivamente:

> *O processo de escolha da trilha foi com base nos vínculos de amizades criados, e que não houve uma reflexão; foi uma escolha por conta de amizade e simpatia com o título da trilha, e que os estudantes não têm maturidade para escolher uma área do conhecimento.*
> *Até hoje no 2° anos os estudantes ainda não sabem que curso deseja fazer no futuro e outros não pensam em fazer uma faculdade.*
>
> *Não têm maturidade, muito embora a escolha seja realizada no ato da matrícula.*

Ao analisar as respostas dos integrantes da pesquisa, é notório que eles têm o mesmo ponto de vista sobre a imaturidade dos estudantes acerca do processo de escolha por um IF, logo no ato da matrícula para poder ingressar no Ensino Médio. Contudo, após esse questionamento, ouve-se a dúvida se o estudante poderia trocar a Trilha durante o Ensino Médio e, juntando as falas dos integrantes, eles afirmaram que, a cada semestre, a escola troca de Trilha, mas elas estão dentro dos Itinerários oferecidos na escola. Eles contaram ainda que o estudante pode trocar de Itinerário, mas o ideal era que isso não acontecesse, porque, senão, os estudantes que desejassem fazer o ENEM 2024 poderiam ser prejudicados. E que, caso o estudante mudasse de cidade, ele poderia ou não encontrar a Trilha no local de destino, mas se caso não encontrasse, poderia entrar na Trilha destinada ao Itinerário escolhido no ato da matrícula.

Contudo, mais do que o problema à questão de maturidade para a escolha da trilha, é a violência de ter que escolher entre aprender isto e não aquilo que deveria ser questionado, isto é, a escolha em si e o que ela representa em termos de direito à educação.

Nesse sentido, Rodrigues (2021) ressalta que, com a reforma, encontramos um autoritarismo reinante e grande desconhecimento ou falta de consideração à realidade da juventude brasileira que pertence à classe trabalhadora, para que se diga que a reforma favoreça

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 335-359, jan./abr. 2025.
Recebido em: 11/08/2024 | Aceito em: 08/01/2025

um protagonismo juvenil restritivo à escolha por Itinerários Formativos, como se fosse possível assegurar a todos os alunos do Ensino Médio fazer essa opção.

Implementação do Novo Ensino Médio: dificuldades enfrentadas

O Todos pela Educação (2018) apontou que uma das questões enfrentadas com a implementação do Novo Ensino Médio é a questão da formação inicial e continuada de professores, pois se prevê a organização curricular por áreas do conhecimento, e isso demanda que os docentes estejam preparados para uma "nova forma" de ensinar. E outro fator seria a infraestrutura das escolas.

Sobre as dificuldades enfrentadas com a implementação do Novo Ensino Médio na escola em estudo, G1 (2023) conta:

> *as dificuldades enfrentadas com essa implementação foi que os professores foram formados de forma bem tradicional, dando muita visibilidade às disciplinas de peso do currículo, aí agora para tirar aula, e transformar em algo novo que até então era desconhecido e desconfortável, os professores não aceitaram que esse "novo" seria melhor do que o currículo antigo.*

Dessa forma, observamos que não era que os professores não aceitassem que o "novo" fosse melhor que o antigo. Nessa perspectiva, P1 e P2 (2023) disseram que:

> *A diminuição de carga-horária em minha área de formação havia sido diminuída, ao ponto de termos, uma carga-horária maior em disciplinas na qual nós não tínhamos formação, e isso nos causava muita angústia.*
>
> *A implementação se deu em toda a rede estadual de Pernambuco, no ano de 2022 e que uma das maiores dificuldades era a falta de conhecimentos acerca dos Itinerários. Então, não resistíamos porque não queríamos que algo novo chegasse, resistíamos porque não conhecíamos esse novo, e porque víamos nossas disciplinas tendo diminuição de carga-horária.*

O Novo Ensino Médio simplesmente foi implementado nas escolas em Pernambuco e, até hoje, se encontra "solto", já que muitos professores ainda não sabem como funciona e outros foram aprendendo na prática como se tratava. Isso causa muitos problemas, pois estamos falando da educação, daquele espaço que deveria ser propício para compartilhamento de conhecimentos.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 335-359, jan./abr. 2025.
Recebido em: 11/08/2024 | Aceito em: 08/01/2025

Os estudantes conseguem aprofundar seus conhecimentos no Novo Ensino Médio

O Novo Ensino Médio veio com o objetivo de fazer com que os estudantes aprofundassem seus conhecimentos acerca de um Itinerário Formativo. Entretanto, em conversa com o grupo, isso não vem acontecendo. G1, P1 e P2 (2023) relatam respectivamente:

> *Os estudantes não conseguem aprofundar seus conhecimentos, e que realmente o currículo precisava mudar, mas não numa amplitude tão grande, porque ainda está tudo muito solto e que precisa ser ajustado.*
>
> *Com o Novo EM os estudantes não conseguem aprofundar os seus conhecimentos e que percebemos um desinteresse muito grande por parte dos estudantes e que como estão na educação básica, não deveriam se aprofundar em alguma área, apenas se depois do EM eles desejassem fazer algum curso técnico ou faculdade.*
>
> *Esse desinteresse, é justamente pelo fato de que esses aprofundamentos não são nada atrativos para os nossos estudantes.*

De acordo com as falas dos sujeitos da pesquisa, os estudantes não conseguem a profundar seus conhecimentos e, além disso, não se sentem atraídos para essas disciplinas. Segundo Zank e Malanchen (2020), a flexibilização do currículo não cumpre com a formação integral e nem desenvolve a autonomia dos estudantes, pois o que se observa é a retirada de conhecimentos fundamentais à formação ampla do aluno. E essa flexibilização está mais próxima de retirar o acesso ao conhecimento historicamente produzido do que assegurá-lo.

A importância das disciplinas de Projeto de Vida, Empreendedorismo, Eletivas e Aprofundamentos Optativos e Obrigatórios na vida dos estudantes

De acordo com o Currículo de Pernambuco para o Ensino Médio (Pernambuco, 2020), a unidade curricular Projeto de Vida e Empreendedorismo estão no currículo do Ensino Médio de toda a Rede Pública Estadual de Pernambuco, desde 2012, nas escolas de Referência em Ensino Médio e Semi-integral. Contudo, a partir de 2018, como parte do processo de implementação do Programa Novo Ensino Médio, as unidades escolares que ofertavam essa etapa de ensino em turno único e tiveram ampliação de carga-horária passaram a oferecer também Projeto de Vida e Empreendedorismo.

O currículo aborda, ainda, que o Estado de Pernambuco optou por preservar Projeto de Vida como uma unidade curricular, pois essa disciplina aborda discussões específicas sobre o futuro da juventude, mesmo entendendo que todo o currículo contribui nesse processo. Já

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 335-359, jan./abr. 2025.
Recebido em: 11/08/2024 | Aceito em: 08/01/2025

empreendedorismo, antes integrando o título da unidade curricular, passou a ser um dos eixos estruturantes presentes em todos os Itinerários Formativos, conforme orientam as Diretrizes Curriculares para Elaboração de Itinerários Formativos.

Assim sendo, observamos que, antes da Base, no Currículo de Pernambuco já constavam as disciplinas de Projeto de Vida e Empreendedorismo. E a disciplina Empreendedorismo, em Pernambuco, vem justamente da influência dos grandes empresários na educação brasileira, com ênfase a Pernambuco. Machado (2019) ressalta que a inclusão das competências socioemocionais está distante de formar cidadãos críticos e democráticos, e que, como traz a BNCC, é apenas um artifício ideológico que visa ocultar as raízes da precarização do trabalho e do desemprego, que devem ser buscadas no esgotamento e na crise do sistema capitalista, cada vez mais apodrecido.

No diálogo com o grupo, eles relataram que ofertavam as eletivas: Cooperativista; Diário da História; Diário a bordo; Diálogos contemporâneos: ponto e contraponto. Segundo os sujeitos, são eletivas que buscam entender o processo histórico e atual do país.

E sobre os aprofundamentos, o Currículo de Pernambuco (2020) ressalta que são importantes para aprofundar o conhecimento dos estudantes com base na trilha escolhida.

Assim sendo, ressaltamos a visão dos integrantes, G1, P1 e P2 (2023), respectivamente, para saber a importância dessas disciplinas na vida dos estudantes.

> *As disciplinas de Projeto de Vida e Empreendedorismo são importantes, porque os jovens de hoje precisam sair daquilo que é básico e expandir os olhares deles, são disciplinas que ajudam a sonhar, a desenvolver as habilidades deles e que não comprometem a Base, já as eletivas e as Trilhas precisam ser repensadas, de forma que os estudantes não deixem de ter a Base sólida e essas outras possibilidades de aprendizagem.*
> *Projeto de Vida é importante para que eles possam refletir sobre o futuro, no entanto, os estudantes reclamam bastante das disciplinas das Trilhas.*
> *Antes da Base tínhamos aqui no currículo de Pernambuco já as disciplinas de Projeto de Vida, Empreendedorismo e Eletiva. Acho importante essas disciplinas na vida dos estudantes, pois eles precisam de um rumo, precisam pensar e refletir sobre o futuro, porém como já foi ressaltado, as disciplinas de aprofundamentos não são tão atrativas para eles, eles reclamam muito.*

Para os integrantes do grupo, sua visão é a mesma acerca das disciplinas de Projeto de Vida e Empreendedorismo. Para eles, são disciplinas importantes para a vida dos estudantes. Porém, as disciplinas das Trilhas vêm sendo o grande problema, pois são disciplinas que não teriam uma grande contribuição na vida dos estudantes nessa etapa de ensino.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 335-359, jan./abr. 2025.
Recebido em: 11/08/2024 | Aceito em: 08/01/2025

Priorização de áreas do conhecimento: Língua Portuguesa e Matemática

Outro ponto que nos causa indignação é a priorização de áreas do conhecimento. Com a BNCC, temos a priorização de Língua Portuguesa e Matemática nos três anos do Ensino Médio. Sabemos do peso que essas disciplinas têm nas avaliações externas, porém são as disciplinas que compõem a área das Ciências Humanas que colaboram na formação de seres humanos críticos e atuantes na sociedade. Acerca dessas reflexões, G1, P1 e P2 (2023) ressaltam, respectivamente:

> *Apesar de uma das nossas trilhas terem por base as Ciências Humanas, mesmo assim, eu acho que com esse Novo Ensino Médio houve mais perdas do que ganhos.*
>
> *A carga-horária que os estudantes têm hoje das disciplinas que compõe a área das ciências humanas, não dá para debater profundamente acerca dos problemas sociais e torná-los cidadãos críticos, pois antes da Base já não havia tanto tempo, agora está bem pior.*
>
> *A invisibilidade das ciências humanas dentro da Base, seria a redução da carga-horária dessas disciplinas, pois o nosso sistema capitalista não quer que formemos cidadãos críticos, pois eles precisam aumentar seus lucros cada vez mais, de forma que o proletariado não entenda a sua exploração.*

A fala de P2 nos faz refletir acerca de uma frase de Milton Santos (2003), em que ele cita em seu livro "Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal". Nesse livro, ele aborda as perversidades da globalização e diz que existem duas classes sociais: as do que não comem e as do que não dormem com medo da revolução dos que não comem. Ou seja, quem não come são os proletariados, mediante aos baixos salários e exploração trabalhista, já os que não dormem seriam os burgueses, porque têm medo da revolução dos proletariados, mas essa revolução só se dá por meio da valorização das Ciências Humanas. Mas como ocorrer a valorização das Ciências Humanas se o sistema capitalista está inserido dentro da nossa educação brasileira?

Expectativas para o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM 2024

Com esse novo modelo de currículo, possivelmente terão menos estudantes optando ou tendo a oportunidade de cursar uma faculdade. A exemplo disso, teremos o ENEM 2024, que passa por algumas mudanças. O ENEM foi criado no ano de 1998, e visava avaliar o domínio de competência dos estudantes que saiam do Ensino Médio. Destaque-se que a participação era de forma voluntária. O exame recebeu, então, cerca de 157 mil inscrições. Em 2001, os

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 335-359, jan./abr. 2025.
Recebido em: 11/08/2024 | Aceito em: 08/01/2025

estudantes de escola pública passaram a ter isenção no pagamento de taxa de inscrição, e o número de participantes foi superior a 1,6 milhão (Brasil, 2015).

Em 2009, o ENEM passou não a ser apenas um processo de avaliação do Ensino Médio, mas forma de acesso ao Ensino Superior no Brasil. Com isso, o ENEM se tornou uma política de acesso à Educação Superior e, para muitas universidades, se tornou no único mecanismo de ingresso, relegando os antigos vestibulares. Contudo, no ano de 2024, o ENEM poderá ou não passar por algumas mudanças. Todavia, caso o ENEM passe por mudanças ou continue da mesma forma, causará impactos na vida dos estudantes, pois há 2 (dois) anos vem seguindo a estrutura desse Novo Ensino Médio, com os acréscimos de disciplinas dos Itinerários e diminuição de aulas de disciplinas da Base Nacional Comum Curricular.

G1, P1 e P2 (2023) contam, respectivamente, sobre suas expectativas:

> *Esse ano juntando as três turmas de 3° ano, tivemos 101 estudantes matriculados, destes apenas 78 se inscreveram no ENEM, mesmo a gente chamando e fazendo inscrições. Muitos deles não querem fazer uma faculdade, alguns já são empreendedores junto com a família, outros trabalham no comercio então eles não veem na faculdade essa possibilidade de ganhar dinheiro, mas temos a perspectiva positiva, para que desses 78, muitos consigam entrar em uma universidade.*
> *O desinteresse dos estudantes que estão no Novo EM, e que observa uma distância cada vez maior para o ingresso a universidade.*
>
> *Cada ano que passa, temos menos estudantes inscritos no ENEM, e como o ENEM 2024 passará por mudanças, acredito que dificultará ainda mais a entrada deles em uma universidade pública.*

Observamos que o sistema está vencendo e que, se não cuidarmos, iremos ter mais uma vez, a universidade pública elitizada, os ricos fazendo curso superior e os pobres trabalhando para os "burgueses", sem perspectivas de melhorar o seu futuro. Segundo Reyes (2019), as discussões acerca da democratização do Ensino Superior não são recentes no Brasil, tanto o Ensino Médio propedêutico como o Ensino Superior se caracterizaram por seu caráter elitista. Freitas *et al.* (2017) conta que a escolarização básica da população brasileira apresenta distâncias grandes entre o ensino ofertado pelas escolas privadas e a educação oferecida às camadas populares, que, submetidas ao ensino público, acabam por escolher opção de escolarização que possibilita a entrada no mercado de trabalho de maneira mais ágil.

Zank (2020) comenta que o esvaziamento de conteúdos no Novo Ensino Médio é proposital, a fim de atender à demanda do sistema produtivo, as necessidades do sistema capitalista, que, grosso modo, exige a formação para o trabalho com determinadas características. E essas características seriam as competências (pensando na organização e nos objetivos da BNCC), sendo, então, dissociadas das necessidades de compreender a sociedade

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 335-359, jan./abr. 2025.
Recebido em: 11/08/2024 | Aceito em: 08/01/2025

em sua totalidade. Por isso, o foco no cotidiano, na experiência e nos resultados rápidos, conforme as expectativas das avaliações em larga escala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos resultados dessa pesquisa, observamos que atingimos o objetivo que foi provocar uma reflexão acerca da educação e a escola no contexto contemporâneo. Nós trouxemos uma reflexão sobre os desafios da educação contemporânea brasileira, com ênfase no Ensino Médio atual, e os principais agentes responsáveis pela sua implementação. E, por fim, ressaltamos o que pensam a equipe gestora e professores de Ciências Humanas da escola em estudo sobre a BNCC e os Itinerários Formativos.

Ao aplicar a pesquisa, percebemos as angústias dos sujeitos envolvidos, sobre que eles não conseguem aprofundar seus conhecimentos nesse novo Ensino Médio, que os professores de Ciências Humanas sentem falta de sua carga-horária antiga nessa etapa da Educação Básica, e que os estudantes poderão ser prejudicados no ENEM 2024, mesmo que o ENEM seja de outra forma ou, até mesmo, se manter o padrão. E a dificuldade de o estudante de escola pública entrar na universidade se tornaria ainda maior.

Os participantes relataram a imaturidade dos estudantes em ter que escolher uma área do conhecimento para aprofundar seus conhecimentos e principalmente o silêncio sobre o processo de fala/escolha acerca do que ele quer ou não aprender no ambiente escolar. Assim, temos a implementação de uma BNCC, que foi planejada e articulada, mediante os interesses de empresários e instituições privadas.

Em suma, os resultados e análises apontaram o descontentamento de todos/as que precisam se adequar a uma base que reverbera sobre as escolhas dos estudantes no que se refere aos itinerários formativos, comprometendo o desenvolvimento, a formação cidadã e a construção de novos conhecimentos.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. **A reconfiguração da escola:** Entre a negação e afirmação de direitos. Campinas: Papirus, 2014.

BALL, Stephen. **Global Education Inc.**: New Policy Networks and neo-Liberal Imaginary. London: Routledge, 2012.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 335-359, jan./abr. 2025.
Recebido em: 11/08/2024 | Aceito em: 08/01/2025

BARBIER, René. **A Pesquisa-Ação.** Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

BOEING, Rosiani Fabricia Ribeiro. **As políticas de combate ao analfabetismo no Brasil.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2016. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=3686273. Acesso em: 10 jan. 2024.

BOWE, Richard; BALL, Stephen; GOLD, Anne. **Reforming Education and Changing Schools**: case studies in policy sociology. London: Routledge, 1992.

BRANCO, Emerson Pereira; BRANCO, Alexandra Batista De Godoi; IWASSE, Lilian Fávaro Alegrâncio; ZANATTA, Shalimar Calegari. Uma visão crítica sobre a implantação da Base Nacional Comum Curricular em consonância com a reforma do Ensino Médio. **Debates em Educação**, Alagoas, v. 10, n. 21, p. 47-70, 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº. 5692** de 11 de Agosto de 1971.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 2 out. 2022.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União,** Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 3 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Exame evolui desde a criação, há 17 anos, e amplia oportunidades na educação superior.** Brasília: MEC, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/30781-exame-evolui-desde-a-criacao-ha-17-anos-e-amplia-oportunidades-na-educacao-superior. Acesso em: 19 nov. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.415/2017,** de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996 e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: 2017a.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Educação é a base. Brasília: MEC, 2017b. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.bre/imagens/BNCC_publicacao.pdf. Acesso em: 2 out. 2022.

BRAZÃO, Diogo Alchorne. **Entre o colonial e o decolonial:** A Base Nacional Comum Curricular como território de disputas. 2018. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CAMY, Natálya Rubert Wolff. **Aprendizagem, avaliação e competência nas três versões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC):** Conceitos em comparação. 2020.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 335-359, jan./abr. 2025.
Recebido em: 11/08/2024 | Aceito em: 08/01/2025

Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Mato Grosso do Sul, Faculdade de Educação, Mato Grosso do Sul, 2020.

FREITAS, Luiz Carlos de. **Avaliação Educacional**: Uma BNCC à procura do magistério. Blog do Freitas. UNICAMP. Campinas, SP. 2018.

FREITAS, Mariana Gonçalves Pêsso; LOBO, Larissa Gomes; DINIZ, Marcelo Anastácio; AMORIM, Eneias Da Silva; MENNOCCHI, Lauren Mariana. Os desafios da entrada e permanência da universidade por estudantes da classe trabalhadora. *In*: **XXI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, XVII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação e VII Encontro de Iniciação à Docência** – Universidade do Vale do Paraíba. Paraíba. 2017.

GADOTTI, Moacir. **Educação brasileira contemporânea:** desafios do ensino básico. São Paulo: Centro de Referência Paulo Freire, 1997. Disponível em: https://acervoapi.paulofreire.org/server/api/core/bitstreams/ce49aa1f-f2de-4ad1-a756-f3e8f4fdace3/content. Acesso em: 26 abr. 2025.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder -** introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez, 2003.

GONTIJO, José Romero Machado. **Reforma do Ensino Médio:** Aspectos pedagógicos, formativos, legais e perspectivas. 2018. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade de Uberaba, Uberaba, 2018. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7553946. Acesso em: 18 mai. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil em síntese**. 2015. Disponível em: brasilemsintese.ibge.gov.br/educação/taxade-analfabetismo-das-pessoas-de-15-anos-ou-mais.html. Acesso em: 10 jan. 2024.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Curricular Comum: novas formas de sociabilidade produzindo sentidos para a educação. **Revista e-Curriculum**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 1530-1555, 2014.

MACHADO, VINICIUS OLIVEIRA. **Crítica ao esvaziamento do Currículo de História:** a BNCC e a Pedagogia das competências. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=8069720. Acesso em: 2 mai. 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 2009.

OLIVEIRA, Lorita Maria de. **Qualidade em educação**: um debate necessário. Passo Fundo: Universidade Educação Básica. Série Interinstitucional, 1995.

PERNAMBUCO. **Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE**. Documento referência. 2022. Disponível em: https://implementacaobncc.com.br/wp-

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 335-359, jan./abr. 2025.
Recebido em: 11/08/2024 | Aceito em: 08/01/2025

content/uploads/2018/06/estruturacao_de_documentos_curriculares_2018.pdf. Acesso em: 2 out. 2022.

PERNAMBUCO. **Currículo de Pernambuco:** ensino médio. Secretaria de Educação e Esportes, União dos Dirigentes Municipais de Educação. Recife. 2021.

REYES, Lurvin Gabriela Tercero. **A Reforma do Ensino Médio:** O que pensam os estudantes secundaristas da Escola Estadual Augusto Duprat da cidade do Rio Grande, RS. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2019. Disponível em ttps://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7629417. Acesso em: 2 mai. 2022.

RODRIGUES, Luiz Alberto Ribeiro. **O gerencialismo na educação em Pernambuco**. Recife, PE: Edupe, 2022.

RODRIGUES, Paula Roberta Coutinho. **A Reforma do Ensino Médio:** Análise crítica acerca da elaboração e implementação da Base Nacional Comum Curricular no Estado do Maranhão. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2021. Disponível em https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11237403. Acesso em: 2 mai. 2022.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia.** 20. ed. São Paulo: Cortez, 1988.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Manifesto Educação Já!** 2018. Disponível em: http://www.todospelaeducacao.org.br/educacaonamidia/indice/1667/fgv-promoveseminario-sobre-os-desafios-do-ensino-medio---jb-online/. Acesso em: 19 nov. 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **Sobre a 3ª Versão da Base Nacional Comum Curricular**. UFSC. Florianópolis, SC. 2017. Disponível em: https://avaliacaoeducacional.files.wordpress.com/2017/08/docufscsobre-bncc.pdf. Acesso em: 3 out. 2022.

ZANK, Debora Cristine Trindade; MALANCHEN, Julia. A Base Nacional Comum Curricular do ensino médio e o retorno da pedagogia das competências: uma análise baseada na Pedagogia Histórico-Crítica. *In*: MALANCHEN, J.; MATOS, N. da S. D. de; ORSO, J. L. G. (Orgs.). **A Pedagogia Histórico-Crítica, as políticas educacionais e a base nacional comum curricular.** Campinas, SP: Autores Associados, 2020.

ZANK, DEBORA CRISTINE TRINDADE. **Base nacional comum curricular e o "novo" ensino médio:** análise a partir dos pressupostos teóricos da pedagogia histórico-crítica. 2020. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2020. Disponível em: https://tede.unioeste.br/handle/tede/4960. Acesso em: 11 jan. 2024.

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 335-359, jan./abr. 2025.
Recebido em: 11/08/2024 | Aceito em: 08/01/2025

SOBRE AS AUTORAS

Viviane da Silva Vasconcelos
Graduada em Geografia pela Universidade de Pernambuco, especialização em Processos Educacionais e Gestão de Pessoas, Especialização em Educação Profissional e Tecnológica pelo IFPE e Mestre em Educação Profissional pela Universidade de Pernambuco.
E-mail: viviane_vasconcellos@outlook.com

Odaléa Feitosa Vidal
Doutora em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (2015). Mestra em Educação (UFAL/2010). Especialização em Estratégias Didáticas na educação básica, com uso das TIC (UFAL/2015). Graduação em Pedagogia (UFAL/2007). Professora adjunta da Universidade de Pernambuco (UPE). Docente Permanente do Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade de Pernambuco - Campus Mata Norte. Atualmente Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Educação - PPGE/UPE. - UPE. Membro integrante do grupo de pesquisas Interdisciplinares em Formação de Professores, Política e Gestão Educacional. Tem orientado na área de Política e Gestão da Educação; Avaliação; Educação e Tecnologias; Currículo; Inovação Pedagógica; Infâncias.
E-mail: odalea.vidal@upe.br

Revista de Ciências Humanas, Frederico Westphalen – RS, v. 26, n. 1, p. 335-359, jan./abr. 2025.
Recebido em: 11/08/2024 | Aceito em: 08/01/2025